

IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA (parte 2)

TIPOS DE TRIBUTAÇÃO

Há duas formas de se tributar o Imposto de Renda da Pessoa Física: a tributação geral e a tributação específica.

DOIS TIPOS

1 TRIBUTAÇÃO GERAL

É marcado pelo cabimento de diversas deduções, aplicação da tabela progressiva e pelo ajuste anual.

Efeitos do Ajuste Anual e da Antecipação

Primeiro Momento: feito no ano-base onde ocorre as antecipações.

Segundo Momento: feito no ano do pagamento do tributo onde ocorre o ajuste anual.

Se o Imposto de Renda devido for MAIOR que a antecipação, o contribuinte tem IR a pagar.

Se o Imposto de Renda devido for MENOR que a antecipação, o contribuinte tem restituição de IR para receber.

2 TRIBUTAÇÃO DEFINITIVA

É feita em um único momento. De forma que, não se aplica deduções e também não há ajuste anual.

A progressividade é mínima ou inexistente.

É considerada a melhor opção para pessoas que tem direito a poucas deduções ou não podem comprovar todos os gastos passíveis de deduções, pois a alíquota é menor.

FATO GERADOR

É a obtenção patrimonial, que pode ser concreta ou apenas de direito.

Traz a tona a ideia de patrimônio disponível ou disponibilidade patrimonial do contribuinte.

Porém, a doutrina diverge quanto à classificação dos tipos de disponibilidade patrimonial

CLASSIFICAÇÃO

Primeira

Disponibilidade Jurídica

Aquela obtida de forma lícita, dentro da lei.

Disponibilidade Econômica

aquela obtida de forma ilícita, fora da lei.

Segunda

Disponibilidade Jurídica

é a obtenção do DIREITO ao acréscimo patrimonial.

Exemplo: título de crédito.

Disponibilidade Econômica

é o EFETIVO recebimento daquele acréscimo patrimonial.

Exemplo: uma nota de 50 reais.

BASE DE CÁLCULO

Tópico super polêmico e ainda não foi totalmente pacificado.

POLÊMICA

A súmula 584 do Supremo Tribunal Federal diz para usar a alíquota do ano da declaração para calcular o Imposto de Renda.

Porém, há vários julgados que deixaram de aplicar esse entendimento e decidiram que a base de cálculo do I.R. é aquela vigente no ANO-BASE.

PAGAMENTO

1 Retenção na fonte pagadora

Ocorre quando a Pessoa Jurídica que emprega o contribuinte faz o recolhimento do Imposto de Renda e o devido repasse ao Fisco

2 Carnê-leão

Ocorre quando o próprio contribuinte realiza o recolhimento e pagamento ao Fisco do Imposto de Renda.

Eu Tenho Direito

IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA (parte 2)

1. FATO GERADOR

1.1. É a obtenção patrimonial, que pode ser concreta ou apenas de direito.

1.1.1. Traz a tona a ideia de patrimônio disponível ou disponibilidade patrimonial do contribuinte.

1.1.2. Porém, a doutrina diverge quanto à classificação dos tipos de disponibilidade patrimonial

1.2. CLASSIFICAÇÃO

1.2.1. Primeira

1.2.1.1. Disponibilidade Jurídica

1.2.1.1.1. Aquela obtida de forma lícita, dentro da lei.

1.2.1.2. Disponibilidade Econômica

1.2.1.2.1. aquela obtida de forma ilícita, fora da lei.

1.2.2. Segunda

1.2.2.1. Disponibilidade Jurídica

1.2.2.1.1. é a obtenção do DIREITO ao acréscimo patrimonial.

1.2.2.1.2. Exemplo: título de crédito.

1.2.2.2. Disponibilidade Econômica

1.2.2.2.1. é o EFETIVO recebimento daquele acréscimo patrimonial.

1.2.2.2.2. Exemplo: uma nota de 50 reais.

2. PAGAMENTO

2.1. Retenção na fonte pagadora

2.1.1. Ocorre quando a Pessoa Jurídica que emprega o contribuinte faz o recolhimento do Imposto de Renda e o devido repasse ao Fisco

2.2. Carnê-leão

2.2.1. Ocorre quando o próprio contribuinte realiza o recolhimento e pagamento ao Fisco do Imposto de Renda.

3. BASE DE CÁLCULO

3.1. Tópico super polêmico e ainda não foi totalmente pacificado.

3.2. POLÊMICA

3.2.1. A súmula 584 do Supremo Tribunal Federal diz para usar a alíquota do ano da declaração para calcular o Imposto de Renda.

3.2.2. Porém, há vários julgados que deixaram de aplicar esse entendimento e decidiram que a base de cálculo do I.R. é aquela vigente no ANO-BASE.

4. TIPOS DE TRIBUTAÇÃO

4.1. Há duas formas de se tributar o Imposto de Renda da Pessoa Física: a tributação geral e a tributação específica.

4.2. DOIS TIPOS

4.2.1. TRIBUTAÇÃO GERAL

4.2.1.1. É marcado pelo cabimento de diversas deduções, aplicação da tabela progressiva e pelo ajuste anual.

4.2.1.1.1. Primeiro Momento: feito no ano-base onde ocorre as antecipações.

4.2.1.1.2. Segundo Momento: feito no ano do pagamento do tributo onde ocorre o ajuste anual.

4.2.1.2. Efeitos do Ajuste Anual e da Antecipação

4.2.1.2.1. Se o Imposto de Renda devido for MAIOR que a antecipação, o contribuinte tem IR a pagar.

4.2.1.2.2. Se o Imposto de Renda devido for MENOR que a antecipação, o contribuinte tem restituição de IR para receber.

4.2.2. TRIBUTAÇÃO DEFINITIVA

4.2.2.1. É feita em um único momento. De forma que, não se aplica deduções e também não há ajuste anual.

4.2.2.2. A progressividade é mínima ou inexistente.

4.2.2.2.1. É considerada a melhor opção para pessoas que tem direito a poucas deduções ou não podem comprovar todos os gastos passíveis de deduções, pois a alíquota é menor.